



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

POR UMA OUTRA UNIVERSIDADE:

**O CAMINHO A PERCORRER PARA UMA FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL**

LILIAN SOUZA DE JESUS¹

RESUMO

Este artigo resulta da análise e revisão dos estudos que problematizam a formação antirracista nos cursos de Serviço Social. Em diálogo com a perspectiva teórica decolonial e os estudos “subalternos” evidenciamos contribuições teórico-político para o debate étnico-racial. Concluimos, que a produção do conhecimento nas universidades brasileiras descorporifica, e nega os saberes políticos dos povos originários e da diáspora.

PALAVRAS CHAVES: Formação antirracista, currículo, Serviço Social.

ABSTRACT

This article is the result of an analysis and review of studies that problematize anti-racist training in Social Work courses. Dialogue with the theoretical perspective of decolonial and “subaltern” studies, highlighting theoretical-political contributions to ethnic-racial discussion. We conclude that the production of knowledge in Brazilian universities disembodies and denies the political knowledge of diasporic and indigenous peoples.

KEYWORDS: Anti-racist training, curriculum, Social Work.

¹ Universidade Federal da Bahia



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1 INTRODUÇÃO

Na formação profissional do Serviço Social (S.S) o direcionamento do projeto ético-político defende “o processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24). Mas o questionamento necessário se faz no próprio processo de formação profissional, na produção do conhecimento, no cotidiano da atuação profissional e frente aos desafios posto à categoria. Assim é importante questionar: com quem estamos pensando o processo de construção de uma nova ordem societária? Para tanto, apontamos as opressões ou algumas delas, da sociedade contemporânea, sendo; étnico-racial, de gênero, sexualidade, classe, geracional, de origem e tantas outras.

Existem diversos estudos que problematizam cada categoria de opressão apresentada, mas hegemonicamente a problematização da categoria classe se faz central, dado a tradição da tese que fundamenta os aportes teóricos-metodológicos da formação profissional na sociedade entendida como sociedade de classes. Não estamos propondo uma refutação destes estudos, entretanto problematizamos sobre o lugar descentralizado das demais categorias que nomeiam as diversas opressões na sociedade vigente.

Neste sentido, passos relevantes estão em cerne frente ao movimento não tão recente na formação da categoria profissional, o debate sobre as questões que tocam as opressões e desigualdades por conta da raça/cor. Várias pensadoras, intelectuais e estudiosos que pesquisam a temática problematizam a necessidade de os cursos de serviço social incluírem em seus currículos a temática raça para o debate étnico-racial.

Vejam, torna-se inviável dado nosso espaço de escrita apresentar todas as teses e discussões que foram e estão sendo levantadas na problematização do debate étnico-racial. Entretanto alguns apontamentos ou amostragem são necessários. A exemplo do trabalho de Elizabete Pinto, publicado em 2003, intitulado *O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros*, pela editora Terceira Margem. O livro é fruto da pesquisa de TCC da autora, defendido em 1986. Outra obra relevante é o livro *O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira*, publicado pela editora Marques. Este livro é fruto da dissertação de mestrado do intelectual José Barbosa Silva Filho, defendida em 2004, no Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Fluminense no Rio de Janeiro.

As obras acima citadas, informam a atualidade do debate e a necessidade de elaborações teóricas e/ou estudos sobre as questões étnico-racial no bojo da profissão e formação. O debate



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da questão étnico-racial foi fomentado ao longo dos anos, mesmo que “timidamente” nos Encontros dos Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social. A autora Rocha (2014) demarca a apresentação destes trabalhos entre os anos de 2000 e 2012.

Roseli Rocha (2014, p. 99) em sua tese de doutorado, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela UFRJ, levanta diversos questionamentos ao longo da pesquisa, alguns centrais que tensionam o lugar da discussão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. A autora verifica as lacunas expressiva na ausência de estudos e debates da temática negra no campo de produção de conhecimento do S.S. e levanta um importante questionamento, ainda muito atual, “resta nos, contudo, investigar quais fatores poderiam estar contribuindo para que a temática étnico-racial ainda continue não alcançando relevância no Serviço Social”.

Na tese a intelectual Roseli Rocha (2014, p. 96), apresenta o tripé de conhecimentos formados pelos núcleos de fundamentação da formação profissional (teórico-metodológicos, formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o de trabalho profissional), em que a temática étnico-racial se insere diretamente no núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira, e permeia de maneira “transversal os outros diferentes núcleos”, Além, da temática está introduzida de forma direta no Código de Ética da profissão de 1993.

Rocha (2014), chama ainda a atenção para a discussão em que a formação sócio-histórica da sociedade brasileira perpassa a presença incondicional do povo da diáspora e dos povos originários e todos os aspectos que estes carregam, nas dimensões da vida e das relações sociais.

Assim, questionamos, por que a produção do conhecimento de vida, científico e filosófico destes povos não são possibilidades de estudos? E suas problematizações e respostas para a formação profissional não fazem parte do arcabouço na produção do conhecimento expressos nos núcleos que fundamentam a profissão acima citados? Ou ainda, quando as “particularidades” são problematizadas para se pensar a “totalidade” destes processos sócio-históricos, e alcançamos na produção do conhecimento no S.S. a centralidade das questões que tocam os povos diaspóricos e originários a perspectiva teórico -metodológica não está fundamentada a partir de um olhar ou perspectivas teóricas provenientes destes povos.

Reconstruiremos aqui então, na iminência de um outro problema, a pergunta da intelectual Rocha (2014): quais os fatores poderiam estar contribuindo para que a temática étnico-racial e os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estudos sobre esta temática não sejam problematizados a partir de outra/outras perspectivas contra-hegemônica, decoloniais ou afrocentradas?

2 Para quê e com quem o “fazer” de uma epistemologia insubmissa

Na formação do Brasil ao longo dos anos, a elite/colonial branca forjou um projeto de nação no qual a população negra foi e é invisibilidade e inexistente, salve a existência no contexto do trabalho, ou seja, do uso da mão de obra, ora escravizada, ora desassalariada. A descentralização dos povos negros na história contada pela hegemonia e pela colonialidade além de perpetuar o processo do racismo estrutural, se metamorfoseia ou se camufla em processos, sofisticados, sinuosos, perigosos e mortais.

A exemplo, a morte física de pessoas negras, o apagamento social e afetivo das mulheres negras, o adoecimento psicológico das crianças e adolescentes negros, e não mais irrelevante, o epistemicídio que perpetua o fazer ciência a partir de perspectivas hegemônicas do conhecimento e que também é desvelado como dispositivo de inferiorização intelectual das pessoas negras como afirma Carneiro (2005):

[...] um conceito extraído da reflexão de Santos (1995), que integramos ao dispositivo de racialidade/biopoder como um dos seus operadores por conter em si tanto as características disciplinares do dispositivo de racialidade quanto as de anulação/morte do biopoder. É através desse operador que este dispositivo realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca (Carneiro, 2005, p. 10).

Cardoso (2017) em *Por uma epistemologia feminina negra do sul: experiências de mulheres e o feminismo negro no Brasil* aponta para estas questões de invisibilidades dos corpos negros por meio da invenção de corpos colonizados e desumanizados de suas condições de sujeito:

O colonialismo essencializou, classificou e inventou corpos colonizados, transformando-os em alvo de estereótipos e representações racializadas. O discurso colonial, especialmente o racismo científico do século XIX, construiu corpos destituídos do status do ‘ser’ excluídos da condição de sujeitos sociais, suas habilidades intelectuais para produzir conhecimento e participar ativamente do fazer histórico foram negadas. Esse discurso afetou profundamente as mulheres colonizadas, em função da complexidade das intervenções que lhes sequestraram a humanidade. Mulheres negras, uma vez desumanizadas, foram transformadas no “outro feminino” racializado. Tais representações atualizadas continuam, no presente, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contaminar as sociedades e as instituições, produzindo danos à vida das mulheres racialmente discriminadas (Cardoso, 2017, p. 1).

Frente a estes processos imbricados do racismo e todas as suas versões infiltradas no cotidiano e no pensamento social da formação brasileira, estão várias expressões da questão social que impõem a necessidade da aprofundamento e análise de outras ciências e produções do conhecimento. Acredito que isso possa ser realizado partindo de teorias e metodologias que respondam as demandas estruturais e estruturantes de uma sociedade que não se fundamenta unicamente pela classe, mas também pela centralidade das questões de gênero e raça/etnia, dentre outras expressões de desigualdades e opressões. Reclamamos assim, a centralidade das questões de raça/etnia partindo da perspectiva da interseccionalidade, que perpassa as categorias de gênero, classe, sexualidade, geracionalidade, dentre outras.

Analisando um dos pontos de partida do campo discursivo da interseccionalidade, os estudos de Kimberlé Crenshaw são apresentados como um deste campo. Segundo Collins (2017) em um dos cinco pontos abordados por Crenshaw, sobre a interseccionalidade entre raça, gênero e classe em seu artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado na *Stanford Law Review* (1991), a interseccionalidade amplia a compreensão dos problemas sociais e contribui para a justiça social:

[...], expressa um *ethos* de justiça social que assume que uma análise mais compreensiva dos problemas sociais pode render ações mais efetivas. Por que escrever esse artigo sobre mulheres de cor e violência, se não oferecer alguns insights para iniciativas de justiça social? Ecoando o clamor de Jordan de que a liberdade é indivisível, alcançar justiça social para vítimas de violência doméstica requer compreender raça, gênero, classe e sexualidade como construções mútuas de um sistema de poder (Collins, 2017, p. 11).

Isto significa que a produção do conhecimento na estrutura da análise interseccional está relacionada também a uma práxis interventiva, apontada pela demanda apresentada nas relações de poder. Tais problematizações validam a escolha de outras possibilidades de análise teórico-metodológica e contra-hegemônica, tal como a perspectiva decolonial. Deste modo, nosso questionamento inicial, emerge da necessidade de possibilitar reflexões acerca do quanto a formação de diversas profissões valida o contínuo processo de colonização dos corpos e dos pensamentos.

Nesse sentido, a busca de teorias insubmissas que confrontem a perpetuação do projeto moderno/colonial se faz urgente nos centros acadêmicos enquanto espaços de produção e reprodução do conhecimento. Ressaltamos então, o destaque feito por Ângela Figueiredo (2017)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acerca da epistemologia insubmissa e o quanto está descortina os encobrimentos, dos sujeitos/sujeitas, de enunciação, como ferramentas de dominação colonial:

Esta estratégia epistêmica tem sido crucial para os desenhos imperiais/globais ocidentais e para a hegemonia dos brancos crioulos nas Américas. Por meio do encobrimento da localização particular do sujeito de enunciação, foi possível, para a expansão e a dominação coloniais europeias/euro-norte-americanas e para o poder das elites euro-latino-americanas, construir uma hierarquia do conhecimento superior versus conhecimento inferior e, portanto, de seres superiores versus seres inferiores no mundo (Figueiredo, 2017, p. 93).

A autora mencionada aponta para o lugar localizado do sujeito na construção do conhecimento ou como ela se refere, a sujeita, bem como destacamos também que tal epistemologia aponta para a necessidade do lugar deste conhecimento nos documentos basilares que norteiam os Projetos Político-Pedagógicos, as matrizes curriculares dentre outros, para a formação e produção do conhecimento no lócus da academia.

Uma epistemologia insubmissa que não só esteja desvinculada de uma determinada neutralidade como também se proponha a direcionar se para a produção do conhecimento que esteja no engajamento das lutas contemporâneas na valoração e defesa dos Direitos Humanos. Os fins epistêmicos, na perspectiva decolonial, não só fazem o contraponto do conhecimento já consolidado do projeto moderno/colonial, como também fazem uma intervenção direta na realidade social, ou seja, uma episteme subalterna e insubmissa se faz enquanto episteme ou epistemologia de fronteiras:

[...] metodologías de co-teorización y de colaboración entre académicos, intelectuales comprometidos, investigadores formados en la academia, investigadores comprometidos de “afuera”, investigadores de “adentro” e investigadores envueltos en luchas específicas (Lugones, 2011, p. 792).

Nesta rápida síntese sobre a adoção da perspectiva decolonial, é necessário ressaltar que a formação do conhecimento decolonial é em si contra-colonial, como bem nos sinaliza Mota Neto (2015):

A concepção decolonial [...] é, assim, anticolonial, não eurocêntrica, antirracista, antipatriarcal, anticapitalista, em seus devidos desdobramentos, e assume um enfrentamento crítico, contra toda e qualquer forma de exclusão que tenha origem na situação colonial e nas suas consequências históricas. Da negação a negação tem surgido, assim em sua fase positiva, distintas propostas de reinvenção da existência social, do pensamento, da educação, da cultura, da ciência, da filosofia (Mota Neto, 2015, p. 49, grifos nossos).

A perspectiva decolonial do pensamento e da construção do conhecimento como bem afirmou Mota Neto (2015), é em si antirracista, antipatriarcal, anticapitalista, no enfrentamento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

prático-teórico, de ciência e engajamento com a proposta definida de rompimento com qualquer expressão de violações e exclusões. Assim, além das questões de raça, também as questões de gênero ganham centralidade neste debate, tendo em vista que a raça no processo de colonialidade foi colocada como forma de estabelecer padrões de classificação social, como bem apresenta Quijano (2005):

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação imposta pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela a elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (Quijano, 2005, p. 229).

Tais relações de dominação destacada por Quijano (2005) se fez também no campo do conhecimento, aqui, portanto, reafirmamos mais uma vez a necessidade de partimos da perspectiva de outra ciência, para fundamentarmos a análise nas bases teórico-metodológica dos cursos em questão. Bem como provocar reflexões que norteiem para a possibilidade de revisão e novas formulações teórico-metodológicas destas bases do ensino da formação profissional dos cursos de serviço social.

3 Cabe no debate da formação antirracista a perspectiva decolonial?

Problematizar uma formação antirracista e suas Diretrizes Curriculares está para além de centralizar a discussão étnico-racial, se continuarmos a conjugar a discussão junto a negação de outras possibilidades teórico-metodológicas, na acusação de serem ideológicas, pluralistas, ou ausentes de rigor teórico, entre outras acusações pejorativas no campo acadêmico. O debate precisa ser mais profundo e respeitoso, para não incorreremos no fortalecimento do epistemicídio já em curso nas universidades brasileiras.

Assim, parto da análise numa perspectiva ou de “perspectivas” que ultrapassem os limites das fronteiras, teórico-metodológicas de correntes eurocentradas, na medida em que estas perspectivas possibilitem à crítica ao projeto moderno/colonial. Neste viés, a perspectiva decolonial se apresenta enquanto base teórico-política para ampliar as possibilidades de análise crítica das estruturas que forjam as relações de vida contemporânea, emaranhadas na herança colonial, nas metamorfoses do sistema capitalista. Uma análise que transponha o legado da modernidade/colonialidade, ou como defende Pires (2023):



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Transpor o legado da modernidade/colonialidade não significa negá-lo ou produzir sobre ele o mesmo esquecimento conferido aos saberes e às cosmovisões ameríndias e amefricanas, e sim retirá-lo da condição de absoluto, necessário e natural Pires (2023, p.291).

Tal eliminação da “naturalização” deste sistema vigente da pós-colonialidade, perpassa por um rigoroso e longo processo de construção sócio-histórica de resistências que conforme Costa e Grosfoguel (2016, p. 17) atravessam desde projetos acadêmicos às práticas de oposições e intervenção que “surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais”. Estes acontecimentos, são marcados pelos autores a partir da chegada dos primeiros colonizadores em 1492. Nasceu ali “na resistência” dos povos de África e originários um projeto societário contra hegemônico.

O pensamento decolonial defende a ideia da intrínseca relação entre o lugar e o pensamento. Na perspectiva do projeto decolonial, as fronteiras estão para além de espaços físicos onde as diferenças são reinventadas. São também o lugar da enunciação, *lócus* este, “onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos (e pessoas) subalternas” (Costa; Grosfoguel, 2016, p. 19).

Esta perspectiva teórica dialoga diretamente com perspectivas do pensamento do feminismo negro, à medida que ambas no bojo de seus projetos de intervenção societária, possibilitam a “via” de contramão dos paradigmas fincados no pensamento e estruturas sociais eurocêtricas e hegemônicas. Tendo em vista os marcadores sociais de desigualdade que se materializam nas hierarquias pré-estabelecidas de raça, gênero, classe, sexualidade, geração, entre outras, marcadores estes que corporifica o lugar de subalternidade.

Pensar a crítica as bases que estruturam tais desigualdades, partindo, deste *lócus* de subalternidade, se faz revolucionário. Aqui propomos a crítica às estruturas de produção do conhecimento ou reprodução de um conhecimento eurocentrado. Como afirmado por Grosfoguel (2009, apud, Costa; Grosfoguel, 2016, p. 19), “em outras palavras, o que é decisivo para se pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra hegemônico”. Ou seja, na luta antirracista, as dimensões teórico-metodológicas são instrumentos que viabilizam a materialização das expressões das desigualdades raciais? Ou por outro lado, podem vir a ser instrumentos para a luta contra o racismo, estruturado também na produção do conhecimento? Ressaltamos a necessidade destes questionamentos e revisão das Diretrizes teórico-metodológicas da formação profissional, que poderão afirmar ou refutar tais problematizações.

No Brasil a perspectiva decolonial vem sendo elaborada no plano de luta, quando está se propõe à resistência ao projeto moderno/colonial, por mais de 500 anos de luta das populações africanas e povos indígenas, pela sobrevivência em todas as dimensões da vida humana.

Neste sentido, Bernadino-Costa; Grosfoguel (2016) defendem que o histórico desta luta para um projeto político a partir dos “subalternos” já vem sendo construído no ativismo, bem como nos estudos dos povos originários e dos povos da diáspora. Podemos citar os principais nomes de ativistas e intelectuais, entre eles estão: Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, José do Patrocínio, Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Sueli Carneiro. Dentre tantos outros nomes que se propuseram a sistematizar a produção do conhecimento, outras possibilidades de formas de ser e viver que não a eurocêntrica na luta antirracista.

Nesta direção, a professora e ativista Gomes (2023) define que a perspectiva negra decolonial, propõe a localização de outras narrativas no campo da produção do conhecimento e do currículo. Legitimando assim, os “saberes acadêmicos, políticos, identitários e estético-corpóreos negros. É aquela que dá relevância aos saberes e às práticas afro-brasileiros emaranhados em nós, [...]” (Gomes, 2023, p. 245). Assim, faço o pretense questionamento, no cenário atual da formação profissional, com quem estamos discutindo a temática da luta antirracista? E sobre quais perspectivas teórico-metodológicas?

Haraway (1995), oportunamente nos alerta sobre quem ocupa os lugares de produção do conhecimento, ou ainda as premissas que forjam os baremas, currículos, critérios de aceitabilidade nas revistas “científicas”, “guardiãs” da “verdadeira ciência” e da produção do conhecimento? Historicamente, não é a versão “corporificada” da representatividade negra. Tão pouco o resultado da produção da ciência destas pessoas o seria. Num cenário em que a legitimação do fazer “ciência” é de cunho e modelo eurocêntrico.

De outro modo, a ativista e intelectual, Lélia Gonzales (2020), apontava para os avanços na produção científica de pesquisadores negros em determinados países nos períodos de resistência e luta contra a segregação racial. Gonzalez reafirma a necessidade de tomada de consciência e isto só se tornar possível com projetos de formação/educacionais que divergem da histórica educação eurocentrada:

[...] é justamente a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado “inferior” (Gonzalez, 2020, p.132).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No caso da formação profissional nos cursos de Serviço Social e a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), a fundamentação é pautada pela teoria social crítica marxista-marxiana, a partir dos estudos e análises principalmente da luta de classes, questão social e a expressa contradição entre o capital e trabalho nas relações sociais do sistema do capitalismo contemporâneo.

Neste sentido, a “tomada de consciência de classe” é parte dos objetivos centrais dos estudos desta teoria social crítica. Entretanto, colidimos também, com a necessidade de o currículo do curso possibilitar o aprofundamento da realidade histórico-social por meio de outras perspectivas das teorias sociais, ou perspectivas que dialoguem com e a partir das teorias e dos estudos “subalternos”, ou afrocentrados, aqui localizamos a perspectiva teórica decolonial.

Algumas possibilidades teóricas se apresentam na ordem do dia. Sendo o feminismo negro uma delas, este, na América-latina e principalmente a partir dos estudos desenvolvidos por Lélia Gonzales, traduz e resgata os processos historicamente e culturalmente dinâmicos que permitem produzir através da resistência, referências de pertença de lugar no mundo para além do caráter geográfico. Lélia analisou evidências da presença negra na construção cultural do continente americano e aprofundou a questão na formulação da categoria amefricanidade, assim, escreveu a intelectual:

Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, [...].
Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo (Gonzalez, 2020, p. 135).

A categoria de amefricanidade reclama neste movimento, uma linguagem epistêmica, localizada ou situada a partir do processo histórico vivido pelos povos da diáspora aqui na América. Partindo dos estudos norteado por este pensamento desenvolvido por Lélia, podemos dialogar com a tese de saberes localizados defendida por Haraway (1995). A autora argumenta:

[...] a favor do conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis, [...]. Estou argumentando a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidades e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazerem de conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado[...] (Haraway, 1995, p.30).

Situar as questões étnico-racial no bojo dos estudos do Serviço Social também a partir da análise da decolonialidade atravessando a perspectiva do lugar (da experiência, do corpo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

corporificado), ou como acentua Lélia, de uma identidade étnica, para pensarmos o lugar ou o “não” lugar, a ausência e todo processo de invisibilidade inclusive epistêmica e teórica dos conhecimentos vinculados aos povos da diáspora e originários.

Assim, o estudo da questão negra no Brasil a partir dos estudos decoloniais nos currículos de formação do curso de Serviço Social, permite analisar os impactos por vezes escamoteados nas práticas de profissionais, que atuam diretamente nas formulações, implementações e execução de políticas públicas e com públicos tradicionalmente “marginalizados” no sistema moderno/colonial.

4 Produção do conhecimento como prática de “poder”

Na escrita, nas diversas pesquisas, na produção do conhecimento ou nos espaços em que estes são ou não “legitimados” o processo de definição, de quem “produz” ou não “produz” “ciência” é um processo inerentemente demarcado por relações de poder. Ou seja, a academia, o currículo, as referências bibliográficas consolidadas, são lócus ou espaços de disputas.

Nestes espaços de disputas o conhecimento proveniente dos povos da diáspora, dos povos originários e de mulheres negras por exemplo, ainda é “marginalizado”. A exemplo de quando mulheres negras no movimento histórico de autoafirmação, consolidam seus estudos e são colocados na prateleiras de “experiências ou histórias de vida”, “escritas de identidade”, “estudos epistêmicos”, apontando estes aspectos pejorativamente, nunca como construção de teorias sociais validadas ou ainda como metodologias para aplicabilidade em novos estudos, há sempre um lugar pejorativamente e demarcado para estas.

Deste modo, reivindicar uma formação antirracista é sobretudo um processo epistêmico, político e ético para se rebelar contra os retratos sociais de humilhação, subordinação, descorporificação ou de negação de sua condição humana, pela sociedade patriarcal/branco/racista, entre outras formas de opressões, que perpassa também pela ciência, pela escrita, sobretudo na academia. Neste sentido:

Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitas humanas (Collins, 2016, p.104).

Tal definição de “si próprias” e rejeição a suposição irrefletida dos que entendem ter autoridades sobre nós mulheres negras, se expressa em diversas formas, independe do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conteúdo, como bem afirmou Collins. Portanto, a arte, o trabalho, a pesquisa, as vivências amorosas, a escrita, podem ser expressões destas definições. Mas, estou falando da produção de conhecimento e nada mais que justo do que convidar a Anzaldúa (2000) quando escreve, *Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo*, ela diz:

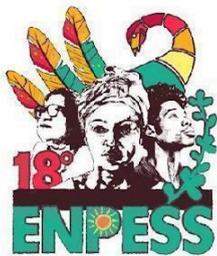
Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor, [...] (Anzaldúa, 2000, p. 236).

Anzaldúa (2000) afirma portanto ser a escrita uma prática de poder, numa linguagem poética, a autora explicita, o quanto o processo de autodefinição está posto no ato da escrita, ao tempo que a Carta denuncia as estruturas de poder que impõe a desumanização do “Outro” a ponto de tornar-se “ciência” a “objetificação” deste “outro” enquanto, sujeitos na condição de “eterna” subalternas, nas estruturas hierárquicas dos métodos tradicionais de pesquisa, à espreita da legitimidade e amplificação dos “sem” vozes.

Em *Pode o subalterno falar?* (texto escrito entre 1982 e 1983), a autora Gayatri Spivak faz a crítica das representações do “Terceiro Mundo” pelo “pensamento etnocêntrico”, problematizando o, por meio do ritual de autoimolação das viúvas, dos registros coloniais e da lei e mitologia hinduísta, num contexto histórico de destruição do Outro “mulher”, enquanto “sujeita subalterna”. Afirma ainda que a estruturas existentes do colonialismo, perpetuam a condição das mulheres de não serem ouvidas, diz a autora:

A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (Spivak, 2010, p. 85).

Neste sentido, em tais estruturas de produção do conhecimento, nos contextos pós-coloniais o “lugar” do sujeito “intelectual europeu” permaneceria. Posto que nos processos estruturantes da produção do conhecimento “tal violência epistêmica do imperialismo” e colonialismo são inegáveis. Em relação ao “outro europeu” e a partir da fala, mas, também do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

lócus ou do *loci* enunciativos, está para além da localização geopolítica, neste sentido, os autores Bernadino-Costa e Grosfofuef (2016):

Afirmar o *lócus* de enunciação significa ir na contramão dos paradigmas eurocêntricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressado e não situados. O *lócus* de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo (Bernadino-Costa; Grosfofuef, 2016, p. 19).

No trabalho de campo intitulado *Etnografia e emancipação: descolonizando a antropologia na escola pública*, realizado em uma escola pública do município de São Félix- BA, o intelectual e professor Dr. Osmundo Pinho analisa “a produção de subjetividades masculinizadas racializadas”. Aprofundando as discussões também a partir do debate na produção teórica de Spivak, o pesquisador Pinho (2019) concluiu que na pesquisa e produção do conhecimento pesquisadores “podem” fazer aparecer o intelectual europeu “transparente”, segundo ele:

[...] os esforços, mesmo pretensamente emancipatórios, fazem aparecer um sujeito/eu/self como o intelectual europeu “transparente”, como instância estruturante da possibilidade de produzir o sujeito colonial como um Outro homogêneo, que só ganha coerência e legibilidade nessa relação de “obliteração assimétrica” (Pinho, 2019, p. 351).

Entretanto Pinho (2019) desconstrói no *lócus* da sua pesquisa junto aos participantes, este intelectual “enquanto instância estruturante de produzir o sujeito colonial”, que só terá legitimidade e coerência dentro desta relação. O autor propõe, então, construir junto aos participantes da pesquisa, a possibilidade do florescer de uma consciência crítica, por meio da atividade reflexiva, “tornando a historicidade das relações do poder e representação como elemento condicionantes de nossa própria posição de sujeito, sujeitas, acessível, de outra forma, também para eles”, Pinho (2019, p. 357-358). Acreditamos ser este um processo coerente de uma perspectiva teórica “insubmissa”, decolonial e contra-hegemônica do fazer “ciência” e/ou pesquisa social.

Até aqui apresentamos importantes reflexões e tomadas de partida e localização epistêmica, para a produção do conhecimento. Caminhando para uma pausa didática nas reflexões teóricas propositadas, reafirmamos a necessidade de refletir sobre a situação do debate negro a partir da problematização do lugar de perspectiva decolonial no currículo do curso de Serviço Social, ressaltando a relevância do debate étnico-racial a partir desta perspectiva como “parte constitutiva” na formação profissional posto a formação sócio-histórica brasileira.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

5 CONSIDERAÇÕES PARA CONTINUARMOS

Assim, tensionamos neste sentido, a reflexão de que um dos principais impactos da ausência de bases conceituais, teóricas e metodológicas do curso de Serviço Social que dialoguem com a perspectiva decolonial é a perpetuação do racismo científico. O que resulta em atuações imbricadas por leituras de realidades a partir dos “olhos” ocidentais ou, pelo “véu ideológico do branqueamento”, perpetuando o racismo estrutural e estruturante.

Desta forma, numa perspectiva contra-hegemônica, que fundamenta a crítica neste estudo, ao processo de formação profissional, apontamos que está em curso um movimento relevante propositando uma formação antirracista na formação. Mas, torna-se ainda necessário ampliar este movimento para o aprofundamento das questões que tocam o serviço social e o debate étnico-racial tendo as “ciências” e a produção do conhecimento dos povos originários e da diáspora como ponto de partida. Outrossim, a perspectiva negra decolonial possibilita incluirmos no bojo da formação profissional outras narrativas e produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. “**Falando em Línguas**: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”. Estudos Feministas, Vol. 8, N.1, 2000. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/13112009-025522anzaldua.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 15-24, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social**. 2002.

CFESS. (1993). Código de Ética do Assistente Social, 1993. Resolução Cfess n. 273/93. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf Acesso em: 25 DE Maio.

CARDOSO, Cláudia Pons. Por uma Epistemologia Feminista Negra do Sul: Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. In: **Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis: UFSC, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005, 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução de Bianca Santana. **Revista Parágrafa**, Jan/Jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>. Acesso em: 02 ago. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, nº 01, jan-abr 2016, p.99-127. Disponível em: <http://www.periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/21515/15369>. Acesso: 08 out. 2023.

FIGUEIREDO, Angela. Descolonização do conhecimento no século XX. In: SANTIAGO, Ana Rita et al (orgs.). **Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro**. Cruz das Almas: UFRB, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia. LIMA, Márcia. (org.) **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 127-138, 2020.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico, In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed.; 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, p. 223-246, 2023.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 25 Fev. 2024.

LUGONES, María. **Hacia metodologías de la decolonialidade: conocimientos y prácticas políticas: reflexiones desde nuestras prácticas de conocimiento situado**. Chiapas: CIESAS: UNICACH: PDTG-UNMSM, 2011.

MOTA NETO, João Colares da. **Educação popular e pensamento decolonial Latino-Americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

PINHO, Osmundo. Etnografia e emancipação: descolonizando a antropologia na escola pública. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed.; 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

PIRES, Thula. Por um constitucionalismo latino-americano. In: Joaze BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed.; 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas**. Buenos Aires: Biblioteca CLACSO. 2005.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios. 2014. 211 f.** 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Serviço Social)—Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar.** UFMG, 2010.